



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004678-65.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais**  
 Requerente: **Thiago Cesar Pascoalino**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação ajuizada por **Thiago Cesar Pascoalino**, contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, ao argumento de que pertence ao quadro da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ingressando na carreira policial como Soldado PM 2ª Classe, em 19/11/2013, todavia, apesar de ter desenvolvido atividades insalubres desde o início de sua carreira, tal adicional não lhe foi pago no período compreendido entre 19/11/2013 a 05/01/2014. Postula a procedência do pedido para o fim de ser a requerida condenada ao pagamento das parcelas de adicional de insalubridade, conforme planilha de débito que apresenta.

Juntou procuração e documentos (fls. 06/23).

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 20/39). Inicialmente, impugnou os benefícios da assistência judiciária gratuita. No mérito, sustentou que o autor frequentou o curso de Formação Técnico Profissional e não esteve exposto a qualquer condição insalubre, sendo que o benefício foi concedido a partir da data em que se deu a homologação do laudo técnico que concluiu pela insalubridade do ambiente em que o ele exerce as suas funções. Aduz que, por força da Lei nº Complementar 432/85, o adicional de insalubridade será devido a partir da data da homologação do laudo, sendo, portanto, improcedente o pedido do autor. Por fim, impugna os cálculos apresentados pelo autor, devendo eventual valor devido ser apurado por meio de liquidação de sentença.

O autor se manifestou em réplica (fls. 42/45), impugnou as alegações trazidas pela requerida e reiterou os pedidos iniciais.

**É o relatório.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

### **Fundamento e decido.**

Inicialmente, indefiro o pedido de concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, pois o autor ganha mais que três salários mínimos, parâmetro que se usa para a concessão do benefício, pois é este o utilizado pela Defensoria Pública para patrocinar os seus assistidos.

No mais, julgo o pedido na forma do art. 355, I do Código de Processo Civil, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido merece acolhida.

Pleiteia a parte autora o pagamento do adicional de insalubridade, previsto na Lei complementar de nº. 432/85, no período compreendido entre o dia 19/11/2013, data em que ingressou na carreira policial, até dia 05/01/2014, data da homologação do laudo, com juros e correção monetária.

A Lei Complementar nº 432/85, em seu artigo 1º instituiu o adicional de insalubridade dispondo que:

*“Aos funcionários públicos e servidores civis da Administração Centralizada e das Autarquias do Estado, será concedido um adicional de insalubridade pelo exercício, em caráter permanente, em unidades ou atividades consideradas insalubres”.*

Posteriormente, esta Lei foi alterada pela Lei Complementar nº 835/97, que acrescentou o art. 3º-A, com a seguinte redação:

*Artigo 3.º - A - "O adicional de insalubridade produzirá efeitos pecuniários a partir da data da homologação do laudo de insalubridade."*

O que se discute nos autos é o momento da constituição do direito: se quando do início das atividades insalubres ou da homologação de que trata a Norma.

Nota-se que é nesta alteração legislativa que a Fazenda Estadual fundamenta a sua defesa, defendendo como termo inicial do pagamento do adicional pleiteado pela parte autora a data de homologação do laudo técnico que conclui pela insalubridade.

Contudo, não assiste razão à parte requerida, uma vez que o adicional de insalubridade é verba remuneratória, com previsão constitucional, que visa a compensar o trabalho realizado em condições comprometedoras da saúde humana, sendo devido tão



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

logo seja exercida atividade que exponha o servidor a tais condições.

A jurisprudência majoritária do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo se firmou, atualmente, no sentido de que o laudo pericial, que atesta situação de insalubridade, tem natureza meramente declaratória, não constitutiva do direito ao percebimento do respectivo adicional.

Neste sentido:

*Servidor Público Estadual - Adicional de insalubridade - Pretensão do percebimento da vantagem pecuniária a partir do início de suas atividades reconhecidamente insalubres - Possibilidade - Afastadas, na hipótese, a incidência do art. 5º da Lei 11.960/09, cuja inconstitucionalidade, por arrastamento, foi declarada, pelo STF, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4.357 e nº 4.425, em 14.3.2013- Sentença Mantida Recursos Improvidos. (Relator(a): Burza Neto; Comarca: Santos; Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 13/03/2015; Data de registro: 13/03/2015).*

*SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Policial Militar. Adicional de insalubridade. Pretensão ao percebimento da vantagem pecuniária a partir de seu ingresso na carreira, e não a partir da homologação do laudo pericial. Cabimento. Efeito declaratório do laudo que apenas atesta o exercício de atividade nociva já desempenhada pelo servidor. Valores devidos desde o início do exercício, sob pena de enriquecimento em causa da Administração Pública. Precedentes. (...)” - Apelação n. 0002266-42.2014.8.26.0495, 2ª Câmara de Direito Privado do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, v. u., relator Desembargador Cláudio Augusto Pedrassi, j. 30.06.2015.*

No caso em questão, restou incontroverso que a parte autora ingressou na corporação na data indicada e que o pagamento do adicional de insalubridade só teria se iniciado em 06/06/2014, ocasião em que ela recebeu, de forma retroativa, os adicionais de 06/01/2014 a 31/05/ 2014 (fl. 13).

Assim, cabe à parte autora o recebimento retroativo dos adicionais de insalubridade devidos, impondo-se como termo inicial da obrigação a data do ingresso do servidor no serviço público.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

fundamento no artigo 487, I do CPC e **PROCEDENTE** o pedido, para **condenar** a Fazenda Pública Estadual ao pagamento, em favor da parte autora, dos valores correspondentes ao adicional de insalubridade desde a data do ingresso do servidor no cargo público (19/11/2013), até o dia imediatamente anterior ao do primeiro pagamento já realizado (05/01/2014), com atualização monetária desde o vencimento de cada parcela, e juros moratórios desde a citação.

A atualização monetária deverá ser feita de acordo com o IPCA-E, e juros de mora nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017. Não há necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da tese fixada pelo E. STF, no RE 870947, à qual se deve observância imediata, conforme sinalizado pelo próprio E. STF (cf. Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli). Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

A presente sentença é líquida, pois indica de modo claro e objetivo os parâmetros para a definição do *quantum debeatur*, que será apresentado pela parte vencedora, no cumprimento de sentença, por mero cálculo aritmético; se, para a sua confecção, houver necessidade de documentos em poder do executado, estes serão requisitados (art. 524, §§ 3º e 4º, CPC-15), o que não significa que a sentença é ilíquida, porque certamente não haverá necessidade de liquidação.

O requerimento de cumprimento de sentença deverá vir instruído com memória de cálculo que atenda aos requisitos do art. 534 do CPC/2015.

Não há condenação nos ônus da sucumbência, já que o feito foi processado nos termos da Lei 12.153/09.

**P.I.**

São Carlos, 02 de julho de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA